

COMPUTADORES**Impressoras Matriciais - Laser - Jato de tinta - FAX
Aluguel 253-6712 e 253-6388****GEORGE VIDOR****Pé direito**

• O Brasil começou o ano com pé direito em relação às suas contas externas. Além de queda no déficit da balança comercial, os preços do petróleo — principal produto da pauta de importações — despencaram em pleno inverno no Hemisfério Norte e tudo indica que deverão permanecer no patamar de US\$ 15 a 16 por barril este trimestre. Essa boa notícia se soma ao fato de a Petrobras já estar produzindo 1.010.000 barris diários.

Dessa forma, como os gastos com combustíveis importados devem cair se comparados aos do ano passado, as chances de o Brasil conseguir registrar algum saldo positivo na balança comercial durante o primeiro semestre de 1998 aumentaram (devido também ao início das exportações de produtos agrícolas).

O petróleo é, sem dúvida, um dos trunfos que o país possui neste momento para reequilibrar os números do comércio exterior.

Os últimos relatórios da Petrobras confirmaram a existência de grandes reservas nos campos de Roncador e Espadarte (Bacia de Campos). Isso significa que a companhia continua a descobrir mais petróleo do que consegue retirar do subsolo.

As reservas brasileiras de petróleo e gás são suficientes para cobrir o consumo interno por 30 anos. As grandes companhias internacionais costumam trabalhar com uma média de 12 anos, o que é tecnicamente satisfatório, dado que a tecnologia tem ampliado as áreas de exploração e as novas descobertas são suficientes para manter esse prazo inalterado ao longo do tempo.

Ou seja, as reservas de petróleo das multinacionais não acabarão dentro de 12 anos, porque quando chegarmos lá novas jazidas estarão em produção, garantindo o mercado por mais 12 anos, e assim por diante.

No caso da Petrobras, com essa larga margem hoje existente em suas reservas, a produção pode ser acelerada a partir de parcerias que serão constituídas com todas as grandes companhias internacionais, logo que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) der sinal verde sobre quais os campos a serem explorados em regime de associação.

A Petrobras assumiu com o Governo o compromisso de elevar a produção de petróleo para 1,2 milhão de barris diários até o fim de 1998. Para atingir essa meta, adquiriu a maior plataforma de produção no mar, a Espírito de Colombo (P-36), com capacidade para processar 180 mil barris de petróleo por dia. Essa superplataforma está sendo construída no Canadá e deverá ser entregue até setembro.

O crescimento da produção nacional está se refletindo na lucratividade da empresa, pois o petróleo doméstico proporciona uma grande geração de caixa para a Petrobras, diminuindo as necessidades de recursos de terceiros.

Mas, para enfrentar os concorrentes, a Petrobras precisa se livrar de certas amarras, deixando de ser tratada como uma companhia pública deficitária. O contrato de gestão, que deu mais autonomia à empresa, expirou há um ano e ainda não foi renovado pelo Governo federal, sabe-se lá por que. A Petrobras também precisa de um plano de cargos e salários, para não perder profissionais gabaritados, e buscar no mercado pessoas para ocupar funções antes desnecessárias quando a estatal era monopolista.

Falta ainda para a Petrobras

uma lei de licitações simplificada, pois se continuar presa à 8.666 não terá agilidade para competir com os grupos internacionais que estão sondando o mercado brasileiro.

Chega a ser estranho que, diante deste quadro, tenham aumentado as especulações e o jogo político com objetivo de provocar mudanças a curto prazo na diretoria da Petrobras. O presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, não revelam estar insatisfeitos com Joel Rennó, há cinco anos à frente da Petrobras (assumiu o cargo a convite do ministro Paulino Cícero, no Governo Itamar Franco). E até agora não tem sido característica do atual Governo dar rasteiras por baixo do pano.

■ ■ ■ ■ ■

Sérgio Magalhães, secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro, sugere que a questão do déficit habitacional — tema da coluna da semana passada — seja ampliada para déficit urbano, e cita como exemplo alguns dos programas que vêm sendo desenvolvidos pela prefeitura da cidade.

O de maior repercussão é certamente o Favela Bairro, envolvendo no momento 75 favelas médias (cada uma delas com algo entre 500 e 2.500 domicílios). As obras foram concluídas em oito comunidades e a meta da secretaria é finalizar os trabalhos em outras 35 este ano. Com um financiamento de US\$ 300 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e mais recursos próprios da Prefeitura do Rio, o Favela Bairro beneficiará, até dezembro de 1999, 317 mil pessoas em 90 comunidades.

O custo previsto do Favela Bairro é de US\$ 326 milhões. Quando 75% desse orçamento já estiverem comprometidos, a prefeitura poderá partir para uma segunda etapa, com novo financiamento do BID.

O secretário Sérgio Magalhães estima que, com um investimento de R\$ 1 bilhão, todas as favelas do Rio podem ser urbanizadas no prazo de cinco anos. Por isso, a prefeitura está reivindicando empréstimos e verbas do Governo federal para estender o programa às 14 grandes favelas do município (para o Jacarezinho e Rio das Pedras já conseguiu recursos junto à Caixa Econômica Federal).

O secretário fala em déficit urbano porque o programa habitacional para famílias de baixa renda deve ir além da construção de moradias. Na verdade, é preciso abrir avenidas, criar áreas de lazer, canalizar córregos e levar os serviços de água e esgoto, coleta de lixo, correios e etc para essas comunidades.

Além do Favela Bairro, a Secretaria da Habitação coordena também programas de recuperação de conjuntos habitacionais, regularização de loteamentos e reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco (encostas, beira de rios e lagoas, embaixo de pontes e viadutos) e locais de proteção ambiental.

E-Mail: vidor@oglobo.com.br